

# Da genealogia da mais-valia à realização da crítica da economia política

Adriano Lopes Almeida Teixeira<sup>1</sup>

*A principal máscara, sob a qual se disfarçava o capitalismo, caiu por terra com a descoberta da mais-valia.*

**Engels. Anti-Dhüring**

Artigo submetido às Sessões Ordinárias

Área 3: ECONOMIA POLÍTICA, CAPITALISMO E SOCIALISMO

## **Resumo:**

Este artigo pretende demonstrar a singularidade da crítica da economia política realizada por Marx como superação da crítica filosófica na qual foi formado, pela afirmação da centralidade das determinações materiais da vida social. Nesse processo, foi central a reconfiguração da dialética hegeliana empreendida por Marx, sintetizada na descoberta da categoria mais-valia. A genealogia desta categoria será sumariamente reconstituída mediante o exame do itinerário teórico de Marx, desde os anos como jornalista na *Gazeta Renana* até o momento de sua descoberta nos *Grundrisse*. A mais-valia é entendida, pois, como ponto fulcral de um longo processo de investigações movido tanto por uma insatisfação com a filosofia de seu tempo, quanto pela motivação político-ideológica de transformação socialista do mundo, representando a categoria-síntese, o núcleo fundamental da crítica da economia política, a partir do qual a essência da sociedade capitalista pôde ser revelada.

**Palavras-chave:** mais-valia; crítica da economia política; método dialético.

## **Abstract:**

This paper intends to demonstrate the singularity of Marx's critique of political economy as the transcendence of the philosophical critique in which he was educated, through the affirmation of the centrality of material determination of social life. Marx's reconfiguration of the Hegelian dialectic was central in this process; it is synthesized in the discovery of the surplus value category. The genealogy of this category will be summarily reconstructed by examining Marx's theoretical itinerary, from his time as a journalist in the *Rhenish Gazette* to the moment of the discovery in *Grundrisse*. Therefore, surplus value is understood as the cornerstone of a long process of investigation driven both by a dissatisfaction with the philosophy of his time, and by the political and ideological motivation for the socialist transformation of the world. It represents the categorical synthesis, the fundamental core of the critique of political economy, from which the essence of the capitalist society can be revealed.

**Keywords:** surplus value; critique of political economy; dialectical method.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo.

## I - Introdução

A formação do pensamento de Marx tem sido interpretada à luz das mais variadas tentativas de reconstrução. De fato, as vicissitudes que cercaram a fortuna editorial da obra de Marx não encontram precedentes na história dos grandes pensadores da humanidade. Por isso, a compreensão dos fundamentos da crítica da economia política efetuada por ele tornou-se, durante todo o século XX, tarefa sujeita a condicionantes políticos, ideológicos, culturais e editoriais, que, somente há pouco, ganhou novo fôlego.

A explicação vem acompanhada da mais refinada ironia. Foi necessário que a morte de Marx fosse anunciada para que ele pudesse retornar desvestido do manto de suspeição que sempre lhe acompanhou. Para avançar na ironia, mencione-se a semelhança com os infortúnios vividos por quem testemunhou os crimes de uma época e, por causa disso, passou a viver uma vida reclusa e anônima, sob o amparo de um programa de proteção. Marx tornou-se, assim, desconhecido de muitos, referência de poucos. Mas é preciso dizer que sua teoria permanece vívida e inspiradora. E assim, sob os auspícios de dois fatores aparentemente antagônicos, a ironia se revelou plenamente: as últimas décadas do século passado anunciaram a morte eterna de Marx, ao mesmo tempo em que ele reaparecia sob a áurea da *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA)<sup>2</sup>, a retomada da edição das obras completas de Marx e Engels. Não é casual que a MEGA2 venha ensejando no mundo acadêmico diversas tentativas de reconstrução do pensamento de Marx.

A despeito da contribuição e da inevitabilidade das publicações da MEGA2 para qualquer esforço de reinterpretação de Marx, o ponto de partida do argumento principal deste artigo é a citação de Engels (1875) sobre as principais descobertas de Marx: “Estas duas descobertas: a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista que se resume na mais-valia são devidas a Karl Marx. Graças a estas descobertas, o socialismo converte-se numa ciência, que não é preciso senão desenvolver em todos os seus detalhes e concatenações.”

Também Marx, em pelo menos dois momentos conferiu à descoberta da mais-valia a condição de aquisição teórica fundamental de sua crítica da economia política. A primeira foi nos *Manuscritos de 1861-63*, em que disse que “a pesquisa sobre como a mais-valia se origina constituiu a questão mais importante da economia política, desde os fisiocratas até a época mais recente.” (Marx, 2010b, p. 40). A segunda foi em carta a Engels, de 24 de agosto de 1867, por ocasião da publicação do livro I de *O Capital*: “O melhor do meu livro é: (1) o duplo caráter do trabalho, conforme ele se expressa em valor de uso ou em valor de troca (todo entendimento dos

---

<sup>2</sup> O excelente texto de Cerqueira (2014) descreve a trajetória da edição crítica das obras de Marx desde a primeira MEGA até a MEGA2, esta última iniciada nos anos 1970.

fatos repousa sobre isto, que é enfatizado imediatamente no primeiro capítulo; (2) a análise da mais-valia, independentemente de suas formas particulares.” (CW, 42, p. 407).<sup>3</sup>

Com efeito, as duas descobertas de Marx citadas por Engels iluminam as grandes etapas da trajetória intelectual de Marx. A descoberta da concepção materialista da história tornava visível para Marx que a chave explicativa da sociedade capitalista estava na compreensão da centralidade da exploração do trabalho como fundamento da produção de excedente. Se por um lado, o esqueleto da crítica, dado pela concepção materialista da história, estava posto, por outro, a teoria da mais-valia seria o elemento vivo, o que colocaria finalmente de pé a crítica da economia política.

Embora a descoberta da mais-valia seja legatária da descoberta da concepção materialista da história, a limitação de espaço do presente artigo impõe que se deixe para trabalho futuro a análise do processo pelo qual se deu aquela primeira descoberta, concentrando-se na trama categorial que resultou na segunda descoberta e, por consequência desta, na realização da crítica da economia política.

## **II - Sobre o método de Marx**

A insatisfação de Marx com o estado da arte da economia política não resultou, desde logo, num plano pronto e acabado capaz de superar o que lhe parecia insatisfatório naquele campo do conhecimento. Tal assertiva necessita ser desdobrada de forma a qualificar a trajetória intelectual de Marx chamando a atenção para as reais motivações de um projeto que, oriundo da filosofia, compreendeu uma longa jornada rumo ao conhecimento científico da dinâmica da sociedade burguesa. Por assim dizer, o fato de não estar posto, previamente, o ponto de chegada da dinâmica do conceito, ressalta uma exigência do método adotado por Marx que requer que a realidade seja apreendida no decurso do seu próprio movimento.

Na verdade, Marx tinha um propósito definido quando de sua entrada no campo da economia política, que era investigar o que ele chama de anatomia da sociedade burguesa. Insatisfeito com a crítica filosófica de sua época, inicia um percurso teórico em que as determinações materiais da existência ocupam lugar central no seu projeto de compreender o desenvolvimento histórico que resultou no capitalismo, como um processo em aberto, sem resultados pré-definidos.

Nesse sentido, o método dialético de Marx não é um conjunto de regras sobre o como conhecer, nem um tratado sobre as possibilidades do conhecimento, daí as dificuldades para se expor os procedimentos metodológicos de Marx dissociados do conhecimento real que ele produziu. É comum

---

<sup>3</sup> As *Collected Works*, obras reunidas de Marx e Engels, serão citadas pela abreviatura CW, seguida do volume e do ano de publicação.

sintetizar essa afirmação dizendo que o método de Marx não visa à coisa da lógica, mas à lógica da coisa,<sup>4</sup> pois a lógica é aquela que se apreende no seu objeto. Tendo como objeto o próprio real, o método de Marx

não é subjetivista, tal como o idealismo especulativo acrítico e abstrato, que pressupõe um pensamento autonomizado enquanto demiurgo do real [...], nem um método puramente objetivo, como o empirismo acrítico, o positivismo, que toma o pensamento como atividade passiva e a realidade como algo já acabado, pronto, dada imediatamente pela experiência direta. (Chagas, 2011, p. 02).

Portanto, se o real não é resultado do pensamento, e nem algo ao qual o pensamento se subordina para captá-lo na forma como aparece, é a partir da realidade sensível que o pesquisador deve iniciar sua busca pelo conhecimento. O teórico precisa confrontar-se com o próprio objeto, para descobrir nele, em seu movimento, as determinações que permitirão, num momento seguinte, a exposição da lógica interna do objeto. Recorde-se que o método de Marx é constituído de dois momentos, o da investigação e o da exposição, como ele mesmo expressou. Sendo assim, a questão de como o pesquisador se posiciona ante o objeto é fundamental, pois nem o seu pensamento por si só é capaz de reconstruir o real, nem o real é algo já construído do qual o pesquisador passivamente se apropria.

De fato, não há linearidade no processo de constituição da crítica da economia política. Tanto em Hegel quanto em Marx só se pode compreender o ser no seu movimento. A compreensão do ser se dá no processo mesmo de exposição de seu movimento, por isso, a crítica ontológica é também epistemológica. O método, como instrumento de exposição do movimento do ser, de tal modo que a crítica do conteúdo é, ao mesmo tempo, uma crítica da forma. Como o objeto de estudo de Marx era a sociedade burguesa, sua teoria sobre o modo de ser do capitalismo era também uma teoria sobre o modo como esse sistema se apresenta.

O corolário dessa perspectiva é que a chave metodológica de Marx passa por duas vias: pelo desenvolvimento histórico - no qual se inclui o contexto histórico-social que o cercava, e pela apreensão crítico-prática das categorias necessárias para a crítica da economia política. Seguir pela primeira via significa, de certa maneira, render-se ao inesperado, valorizar o acaso de algumas descobertas e contingenciar os avanços e recuos da teoria, no mesmo sentido em que Marx define o método de investigação como algo que se recusa a um pré-ordenamento, pois, como disse, “a pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e

---

<sup>4</sup> Segundo Lênin, “mesmo que Marx não nos tenha deixado uma lógica [...], ele nos deixou porém a lógica de *O Capital* [...]. Em *O Capital*, aplicam-se a uma mesma ciência a lógica, a dialética, a teoria do conhecimento (não seriam necessárias três palavras: são todas a mesma coisa) do materialismo, que recolheu de Hegel tudo o que nele há de precioso e o desenvolveu ulteriormente.” (Lênin, 1932, p. 249 apud Lukács, 2012, p. 258).

rastrear sua conexão íntima.” (Marx, 1996, p. 140). A segunda via representa aceitar a proeminência da ênfase ontológica sobre a epistemológica na obra de Marx, ainda que sejam indissociáveis, ou antes, a forma dialético materialista de mobilização da ontologia.

Reitere-se que, para Marx, o ser só pode ser apreendido quando for o resultado da explicitação dos seus conteúdos, de suas determinações que, imediatamente, estão contidas nas formas como podem se apresentar como abstrações, isto é, como totalidades carentes dos desdobramentos, da extrinsecação dos conteúdos do ser-em-si, que só podem se revelar como potencialidades, como devir. Pode-se dizer que, se por um lado, Marx não tem uma perspectiva a priori do objeto, por outro, ele sempre teve um objetivo específico nas obras que produziu desde a *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel (Crítica de 43)*, qual seja, apreender a forma de ser da sociedade capitalista. Nesse contexto, as questões de método nunca deixaram de comparecer em seus escritos.

É bastante significativo o fato de que Marx, ao publicar, em 1859, a *Contribuição à Crítica da Economia Política (Contribuição)* tenha optado por um prefácio descritivo de sua trajetória teórica em detrimento da clássica *Introdução de 1857*, que começou a escrever em 23 de agosto de 1857 e concluiu em meados de setembro, onde pretendia expor os princípios gerais do seu método dialético: “Suprimo uma introdução geral que havia esboçado, pois, graças a uma reflexão mais atenta, parece-me que toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar, e o leitor que se dispuser a seguir-me terá que se decidir a ascender do particular para o geral.” (Marx, 1986, p. 24).

O prefácio, datado de janeiro de 1859, aparece, pois, como um “convite metodológico”, ao mesmo tempo uma espécie de advertência, um chamado aberto ao leitor para que, se desejar segui-lo, aperceba-se antes que a trilha metodológica inerente à sua teoria impõe que se percorram as mesmas etapas que seu autor percorreu, um caminho que vai do particular para o geral. (Ibidem).

### **III - A genealogia da mais-valia: rumo a uma crítica específica**

#### **III.1 - A *Gazeta Renana***

Talvez mais do que qualquer outro, o ano de 1843 tenha produzido efeitos profundos e permanentes no filósofo Marx. Ele tinha sido colocado diante de questões concretas que demandavam conhecimentos sobre a vida material da sociedade, passíveis de serem satisfeitos apenas pela emergente ciência da economia política, como muitos anos mais tarde ele admite no prefácio da *Contribuição*, de 1859: “Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como forma de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo

contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida [...] mas que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na economia política.” (Marx, 1986, p. 24). Com efeito, existem amplas indicações de que, ao longo de mais de um século e meio, o referido prefácio tenha sido subestimado em sua capacidade de esclarecimento e síntese da trajetória intelectual de Marx, e sobremaneira enaltecido pela formulação clássica da essência do materialismo histórico.

Marx nasce em 1813 numa Alemanha que era apenas uma Confederação composta de unidades territoriais sob regime constitucional monárquico ou sob o absolutismo. Em 1841 se doutora em filosofia, ano em que Frederico Guilherme IV sobe ao trono da Prússia e cria grande expectativa de abertura democrática num país ainda não unificado. Ao contrário da Inglaterra e da França, a Alemanha não tinha experimentado uma revolução burguesa clássica. Frederico Guilherme IV não corresponde às expectativas e, na prática, o que faz é reacender políticas reacionárias no âmbito da Confederação Germânica, como a adoção, em 1841, de leis sobre a censura. É natural, pois, que nesse período, o jovem Marx adote posições radicais pró-democracia, e é com esse espírito que assume a direção do jornal *Gazeta Renana* em outubro de 1842, um jornal que era financiado pela burguesia renana com o fim de combater a política levada a efeito pelo governo. Marx escreve uma série de artigos sobre censura e liberdade de imprensa, mas se vê isolado quando a burguesia local, mostrando-se inclinada a compactuar com Frederico Guilherme IV, cessa o financiamento do jornal.

Em 1842 sai um decreto imperial que criminalizava o recolhimento de madeira. Através do jornal Marx critica o decreto e talvez pela primeira vez se depare com as demandas de uma classe específica, os camponeses, diretamente atingidos pelo decreto. A quebra daquilo que era um direito consuetudinário atingia em cheio os padrões éticos do filósofo Marx, que vai desenvolver no jornal toda uma argumentação contrária ao decreto, mas assentada apenas em pilares morais e políticos.<sup>5</sup> Este fato pode ter levado Marx a perceber claramente, e pela primeira vez, o papel que a luta de classes representa para a compreensão do funcionamento da sociedade burguesa. Tendo estudado Direito, e se doutorado em Filosofia, tais acontecimentos levam Marx a perceber o quão insuficientes<sup>6</sup> eram para ele sua formação. A *Gazeta Renana* é proibida de circular em janeiro de 1843 e em 17 de março daquele ano cessa sua publicação.

Se o conselho de Mandel for seguido, a atuação de Marx na *Gazeta Renana* pode ser colocada como a centelha que acendeu a chama do seu interesse pelas questões da vida material:

---

<sup>5</sup>“Sua posição fundamental permanece a da luta por um Estado “humano”; ele se coloca ainda no plano dos “direitos humanos” em geral, no plano da luta contra os resíduos feudais...ele se choca com o problema das classes sociais.” (Mandel, 1968, p. 17)

<sup>6</sup> “Além do mais, naquele tempo em que a boa vontade de “ir a frente” ocupava muitas vezes o lugar do conhecimento do assunto [...]” (Marx, 1986, p. 24).

“para compreender a evolução das ideias econômicas do jovem Marx, é interessante seguir a gênese do interesse de Marx pela questão social.” (Mandel, 1968, p. 16).<sup>7</sup> Em outubro de 1842, Marx havia se juntado a um grupo, que era a própria Comissão Editorial da *Gazeta Renana*, e que se reunia mensalmente para debater questões políticas e sociais. O interesse de Marx por essas questões ia paulatinamente aumentando, mas esbarrava nas limitações dadas pela perspectiva exclusivamente legal e política dos seus argumentos. Tanto a questão do decreto que proibia a extração de lenha – elemento vital para a sobrevivência dos camponeses, dadas as baixas temperaturas – quanto a dos vinhateiros do Mosela, empobrecidos por conta da competição pós-Zollverein,<sup>8</sup> foram abordadas por Marx em artigos específicos:<sup>9</sup> *Debate sobre a lei do roubo da madeira*, em 1842, e *Justificação do correspondente do Mosela*, em 1843. Não por acaso Marx cita no prefácio da *Contribuição* estas duas questões, além das relacionadas com o livre-comércio e a proteção aduaneira, como as que o fizeram iniciar-se nas questões econômicas:

“Nos anos de 1842/43, como redator da *Gazeta Renana* vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais. As deliberações do Parlamento renano sobre o roubo de madeira e parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o Sr. Von Schaper, então governador da província renana, abriu com a *Gazeta Renana* sobre a situação dos camponeses do vale do Mosela, e finalmente os debates sobre o livre-comércio e proteção aduaneira, deram-me os primeiros motivos para ocupar-me de questões econômicas.” (Marx, 1986, p. 24).

Interessante notar que algumas das questões que Marx aponta em cada um destes artigos já são uma indicação daquilo que seria estabelecido como seu objeto de estudo ao longo de toda a sua vida, e em relação ao qual Marx nunca se afastaria definitivamente: o desvendamento da gênese, do desenvolvimento, da crise e do colapso do modo de produção capitalista.

Esses temas antecipados por Marx são aqui lembrados apenas como forma de sinalizar o momento a partir do qual ele se interessa por assuntos econômicos, confirmando assim o que disse no prefácio, e jamais com o propósito de já encontrar naquele momento categorias econômicas marxistas, mesmo em estado primitivo ou embrionário que, de outro modo, só encontrarão forma precisa em obras posteriores e no âmbito do seu método dialético. Nesse sentido, cabe registrar a

---

<sup>7</sup> Segundo Krätke (2008, p. 162), a passagem de Marx pela *Gazeta Renana* “foi o início de uma longa relação com a economia política.”

<sup>8</sup> Zollverein (*Deutscher Zollverein* ou União do Uso Geral da Alemanha) foi o nome dado à aliança aduaneira criada em 1834 entre os estados da Confederação Germânica. A aliança, que teve sua formação organizada pela Prússia, sem o apoio da sua rival Áustria, visava promover um trânsito livre de mercadorias, a fim de favorecer o desenvolvimento do comércio e da indústria.

<sup>9</sup> O primeiro artigo, de 1842, foi publicado em cinco partes na *Gazeta Renana*, através dos suplementos nº 298, 300, 303, 305 e 307. O segundo, nos suplementos 15, 17, 18, 19 e 20, todos em janeiro de 1843.

primeira aparição, tanto quanto casual, do termo “mais-valia” (em alemão, *Mehrwert*) nos escritos de Marx<sup>10</sup>:

Poderia o proprietário do bosque assegurar melhor sua lenha do que aqui se faz, ao converter o delito em renda? Sua sagaz estratégia converte o assalto a sua propriedade em uma fonte segura de infalíveis lucros, pois graças ao roubo a mais-valia [*Mehrwert*] se transforma de um sonho econômico em uma tangível realidade. (CW, 01, p. 251).

Marx dava, assim, mais um passo em direção ao estudo das condições materiais de existência do homem, que iriam passar pelo enfrentamento da visão hegeliana de Estado e pelo abandono de suas concepções idealistas, que, “embora não se trate, ainda, de uma ruptura com o idealismo – e nem de longe tenha encontrado o papel determinante das relações de produção –, [conduzirá] a atenção do jovem Marx [...] às relações materiais e, ainda, à relação entre esta esfera e o Estado.” (Assunção, 2004, p. 209).

### **III.2 - Da Crítica de 43 ao encontro com Engels**

Marx inicia sua crítica sob a influência de Feuerbach, que, em 1841, tinha publicado *A Essência do Cristianismo*, que também era uma crítica radical de Hegel. A partir da visão antropológica de Feuerbach, Marx encontraria seu ponto de partida (Netto, 2004, p. 2), ao mesmo tempo em que se munia de uma concepção materialista. Criticando Hegel, Feuerbach inverte a ordem da lógica especulativa de Hegel, para quem o Espírito estava dado, num momento seguinte entra em contradição consigo mesmo, aliena-se de si mesmo e põe o mundo. Em linhas gerais, diz Feuerbach que não é o Espírito quem cria os homens, mas os homens que, ao não discernirem suas potencialidades, se alienam de si mesmos, criando os deuses.

É dessa forma, a partir de Feuerbach, que Marx, na *Crítica de 43*, vai apontar para a mistificação também feita por Hegel na problemática do Estado, que tem como pano de fundo uma crítica ontológica: da mesma forma que para este autor o Espírito é o demiurgo do real, o Estado produz a sociedade civil. Portanto, Hegel teria feito uma inversão indevida entre sujeito e predicado, e assim, mistificado essa relação.

Se Hegel tivesse partido dos sujeitos reais como a base do Estado, ele não precisaria deixar o Estado subjetivar-se de uma maneira mística [...] Hegel autonomiza os predicados e logo os transforma, de forma mística, em seus sujeitos [...] Hegel autonomiza os predicados, os objetos, mas ele os autonomiza separados de sua autonomia real, de seu sujeito. Posteriormente, o sujeito real aparece como resultado, ao passo que se deve partir do sujeito real e considerar sua objetivação. A Substância mística se torna sujeito real e o sujeito real aparece como um outro, como um momento da Substância mística. (Marx, 2010c, p. 44).

---

<sup>10</sup> Conforme Aisa (2013), referente à nota nº 39 do seu artigo.



Feuerbach, com sua crítica da religião, tinha munido Marx de uma perspectiva materialista, que foi usada para denunciar o equívoco cometido por Hegel ao ontologizar o Espírito, e não a realidade concreta. Marx, que como os jovens hegelianos, já tinha se desiludido com o Estado há algum tempo, não concorda com a ideia hegeliana de que é o Estado que organiza e funda a sociedade civil. Se, como disse Hegel no prefácio *Princípios da filosofia do direito*, “tudo o que é real é racional e tudo o que é racional é real”, então o Estado, que é real, inscreve-se nos limites do racional. Logo, o Estado só pode ser contestado fugindo-se da razão. Esse argumento de tons conservador, defendido pelos hegelianos de direita, deixava o estado prussiano imune aos clamores de mudança. Os jovens hegelianos, ou hegelianos de esquerda, preferiam dar ênfase à segunda parte do dito de Hegel, e assim contestar um Estado que, ao adotar medidas irracionais como a censura e a polícia secreta, não poderia ser considerado real.

Portanto, para Hegel o Estado expressava uma universalidade capaz de se contrapor ao individualismo e ao privatismo da sociedade civil. Para Marx, essa análise padece dos efeitos da mistificação, tendo em vista que é a sociedade civil que expressa o Estado. Se o Estado em Hegel é detentor de uma universalidade capaz de superar os defeitos da sociedade civil, para Marx essa universalidade é alienada e, portanto, é a partir da sociedade civil que se entende o Estado. Por isso, Marx diz no prefácio da *Contribuição*:

relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil”, seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política (Marx, 1986, p. 25).

Portanto, a transformação do Estado teria que ser feita a partir da sociedade civil. Porém, sendo ela caracterizada pelo privatismo, pelos interesses individuais, e pela miséria física e moral como apontava Hegel, não seria ela o agente transformador do Estado na visão de Marx. Além da *Crítica* se configurar aqui como uma plataforma de lançamento em direção à economia política, conforme citação acima, Marx, como destaca Mészáros (2006, p. 68), antecipava a questão da alienação, ainda que sem usar conceitos que só apareceriam nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, que é o que se observa na seguinte citação:

Característico é somente que a *privação de posses* e o *estamento* do trabalho imediato, do trabalho concreto, constituam menos um estamento da sociedade civil do que o terreno sobre o qual repousam e se movem os seus círculos. O estamento propriamente dito, onde posição política e posição social coincidem, é apenas aquele dos *membros do poder governamental*. O estamento atual da sociedade mostra já a sua diferença do antigo estamento da sociedade civil porque no fato de que ele não é, como outrora, algo de

comum, uma comunidade que contem o indivíduo, mas que é em parte o acaso, em parte o trabalho etc. do indivíduo, o que determina se ele se mantém ou não em seu estamento; um estamento que é, ele próprio, por sua vez, apenas uma determinação exterior do indivíduo, pois não é inerente ao seu trabalho, nem se relaciona com ele como uma comunidade objetiva, existente, organizada segundo leis estáveis e mantendo com ele relações estáveis [...] Assim como a sociedade civil se separou da sociedade política, ela também se separou, em seu interior, em *estamento* e posição *social*, para tantas quantas são as relações que têm lugar entre ambos. O princípio do estamento social ou da sociedade civil é o *gozo* e a *capacidade de fruir*. Em seu significado político, o membro da sociedade civil abandona seu estamento, sua real posição privada; é somente aqui que ele chega, como *homem*, a ter significado, ou que sua determinação como membro do Estado, como ser social, manifesta-se como sua determinação *humana*. Pois todas as suas outras determinações na sociedade civil *aparecem* como *inessenciais* ao homem, ao indivíduo [...]. (Marx, 2010c, p. 97-98).

O impacto do mercado e da lógica da permuta incide sobre o indivíduo fazendo-o não se reconhecer na sociedade civil pelo seu trabalho. “Dinheiro e cultura são os critérios principais”. (Ibidem). Esta nova sociedade teria, então, que ser transformada, constituindo, assim, uma agenda que demandaria instrumentos analíticos ainda desconhecidos por Marx. Ao mesmo tempo, essa conclusão de Marx demarcava um primeiro ponto de rompimento com aquele que lhe tinha dado a inspiração inicial para confrontar Hegel: Feuerbach.

Marx desenvolve sua análise ainda sem menção à categoria “classes sociais”, ainda que na citação acima tenha feito referência aos trabalhadores privados de posses, realizadores de trabalhos concretos. Em lugar de “classes sociais”, terminologia que estaria presente nas obras futuras, usa o termo “estamento”, demonstrando uma imprecisão que não apareceria mais na obra seguinte. como sugere Löwy (2002, p. 82), seria questão de tempo Marx conferir o protagonismo a uma classe social específica, o proletariado, como um desdobramento do raciocínio iniciado na *Crítica de 43*, pois, “como a propriedade privada é o grande obstáculo que impede a identificação do particular com o universal, basta impelir ao máximo o raciocínio para que o proletariado venha a ser o portador dos interesses universais da sociedade.”

Decide, então, partir para Paris, cidade efervescente, onde encontraria refugiados alemães e de outras partes do mundo, além de garantias políticas que não eram oferecidas na Renânia. A cidade mostrava-se ideal para o projeto dos *Anais Franco-Alemães*. Marx chega a Paris no final de outubro de 1843 e, antes de acabar o ano, dá continuidade a sua crítica de Hegel num texto que ficou conhecido como *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, escrita no final de 1843 em Paris, e que, junto com *A Questão Judaica* – texto iniciado ainda em Kreuznach e terminado em Paris, seriam publicados nos *Anais Franco-Alemães*.

Na *Introdução*, Marx retoma o tema da emancipação humana, já presente em *A Questão Judaica*. Se, na *Crítica de 43*, Marx contrapunha a democracia à monarquia como passo em direção à emancipação do povo, sem, entretanto, ter avançado na indicação da forma como se daria a superação da alienação, na *Introdução*, Marx arvora a revolução como único meio para a

autorrealização do homem. A classe proletária aparece neste momento para Marx como a única capaz de realizar as promessas da filosofia clássica. Assim, do povo e da democracia, Marx transitava para o proletariado e para a revolução, como elementos da ação prática em direção à emancipação humana. Conclui o texto dizendo que “a cabeça dessa emancipação é a filosofia, o proletariado é o seu coração. A filosofia não pode se efetivar sem a supressão do proletariado, o proletariado não pode se supressumir sem a efetivação da filosofia.” (Marx, 2010c, p. 157).

Marx tinha descoberto o proletariado, que neste momento está num plano preliminar e abstrato. Apesar dele já ter se defrontado com questões como a punição dos camponeses por causa do roubo da lenha, suas condições de habitação, e também com as circunstâncias adversas que envolveram os vinhateiros do Mosela, sua visão da classe proletária ainda era muito idealizada, pois Marx se colocava “ainda em limites filosóficos não-desligados de um certo humanismo sentimental: o princípio antropológico de Feuerbach” (Mandel, 1968, p. 18), sobre o qual “Engels dirá mais tarde que o princípio antropológico de Feuerbach parte de um homem abstrato, aistórico, visto que não se trata nunca do mundo (das condições sociais concretas) no qual vive esse homem.” (Ibidem).

Ali em Paris, Marx iniciava seus contatos com os ciclos socialistas e com as vanguardas da classe operária, que, neste último caso, fomentavam nele uma visão romântica de uma classe que era sofredora, mas que, por isso mesmo, era heroica. Alguns elementos concorrerem para mudar essa visão idílica de Marx, transformando sua concepção de classe operária em abstrato por uma outra com o viés materialista que o acompanharia nas obras seguintes. Com efeito, o operário seria visto como um homem de carne e osso, e a greve dos tecelões da Silésia, assim como o encontro com Engels em 1844 e sua obra *Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845, concorrerem para dar a Marx uma perspectiva empírica que até então ele não tinha. Por isso, como diz Löwy (2002, p. 92), sua descoberta do proletariado como classe emancipadora ainda é filosófica.

O problema do Estado permanecia para Marx sem solução no campo da política, mas os seus estudos, além de levá-lo ao comunismo, lhe deram a perspectiva de que a transformação dessa sociedade passava pela compreensão de sua anatomia, que só poderia ser encontrada na economia política, conforme testemunha no prefácio da *Contribuição*. Ali também menciona sua congruência com Engels ao dizer que chegaram aos mesmos resultados por caminhos diferentes. (Marx, 1986a, 26). Com efeito, Marx começaria em 1844 a estudar os economistas clássicos,<sup>11</sup> tarefa já feita por Engels anteriormente quando escreveu *Esboço de uma Crítica da Economia Política* em 1843.

---

<sup>11</sup> De forma geral os autores citam o ano de 1844 como o ano a partir do qual Marx começou a estudar os clássicos. É possível que assim façam por conta da intensidade com que Marx, em 1844, e já em Paris, se dedicou a estudá-los, ao

Os dois já tinham se encontrado em novembro de 1842 na *Gazeta Renana*, como testemunha Engels em carta escrita a Franz Mehring, no final de abril de 1895:

eu me deparei com Marx, e essa foi a ocasião de nosso primeiro encontro, claramente pouco cordial. Marx havia marcado sua posição contra os Bauer, isto é, dissera que se opunha não só a que a *Gazeta Renana* se tornasse predominantemente um veículo de propaganda teológica, ateísmo, etc., em vez de se destinar à discussão e à ação política, como também ao tipo de comunismo bombástico de Edgar Bauer [...] Como eu me correspondia com os Bauer, fui considerado seu aliado, enquanto eles me levaram a ver Marx com desconfiança.” (CW, 50, p. 503).

Entretanto, seria em 1844, mais precisamente em 28 de agosto, em meio às atividades dos *Anais Franco-Alemães*, que os dois voltariam a se encontrar, e por dez dias permaneceriam envolvidos numa apreciação mútua de suas visões teóricas. Confirmando o que Marx relataria muitos anos depois, Engels (1953, p. 157) diz: “Quando, no verão de 1844, visitei Marx em Paris, ficou patente nosso acordo completo em todos os terrenos teóricos, e data dessa época nossa colaboração.” Fica evidente que neste encontro Marx já tinha sido atingido pela genialidade do *Esboço*, que seria publicado naquele mesmo ano nos *Anais Franco-Alemães*. Como primeira obra econômica, esta obra escrita por Engels cancelaria de uma vez por todas a incursão de Marx no campo da economia política, seja por animá-lo a prosseguir nos estudos já iniciados neste campo desde o início do ano, seja por confirmar que os instrumentos teóricos da filosofia de que dispunha eram insuficientes para prosseguir em direção à crítica.

O encontro com Engels marca o efetivo encontro de Marx com a economia política, a despeito de muitos autores considerarem os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* como ponto de partida de Marx nessa área. Se, como diz Mandel (1968, p. 21), referindo-se a esta obra de Engels, ele “não diz nela nada de substancialmente novo”, é possível que sua maior virtude tenha sido o fato dela constituir uma iniciativa ou um modelo de análise dos clássicos por uma perspectiva crítica, de talhe tão inovador e sistemático como foi a obra capital de Adam Smith para a economia política.

O encontro de Marx com a economia política, a descoberta de um novo tipo de racionalização da sociedade civil, se deu com o *Esboço* de Engels, sendo os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, texto escrito já em Paris, não propriamente o encontro, mas o ponto de arranque em direção à crítica da economia política. (Oakley, 1984, p. 27).

---

mesmo tempo em que consideram irrelevante o estudo que Marx já tinha feito sobre eles em 1843. Segundo Mészáros (2006, p. 76-77), “é sabido que Marx começou o estudo dos clássicos da economia política no final de 1843, mas eles serviram apenas para proporcionar, tanto em *A questão judaica* como na *Crítica da Filosofia do direito de Hegel – Introdução*, um pano de fundo indefinido para uma exposição principalmente política, no espírito de sua expressão programática segundo a qual a crítica da religião e da teologia devia ser transformada na crítica do direito e da política.”

### III.3 - Dos primeiros estudos sobre economia política ao primeiro platô da crítica

No prefácio da *Contribuição*, Marx (1986a, p. 25) diz sobre a economia política: “Comecei o estudo dessa matéria em Paris [...]”. Novião naquela ciência, iniciava seus estudos já munido da ideia de revolução e de classe social. Tendo como fio condutor a crítica da sociedade burguesa, ele mergulha na leitura dos economistas políticos por vislumbrar que somente através deles poderia elaborar a sua crítica, como instrumento científico útil para o projeto de uma revolução.

Seus estudos começaram pela leitura e anotações de trechos das obras de autores como Jean-Baptiste Say, Adam Smith, David Ricardo e James Mill, numa intensidade tal que preencheu nove livros de notas e citações, no que ficou conhecido como *Manuscritos de Paris*, escritos simultaneamente aos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Além dos autores acima citados, Marx estudou outros como Skarbek, MacCulloch, Prevost, Destutt de Tracy, Schüz, List, H. F. Osiander, Buret, De Boisguillebert, Law e Lauderdale. (Marx, 2011b, p. 184-186). Marx trabalhou intensivamente entre maio e agosto na elaboração dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* para os quais os *Manuscritos de Paris* serviam de base. A intensidade foi tamanha que Engels, que se encontrou com Marx em agosto de 1844, insiste em carta escrita cerca de dois meses depois, para que ele publicasse logo sua crítica que, como se sabe, somente ocorreria quinze anos depois com a *Contribuição*.

O que fica evidente é que Marx resgata categorias da economia política, mas a elas pretende dar um tratamento diferente, que tanto remetia à dialética de Hegel, quanto ao materialismo de Feuerbach, mas que deles se afastava pela recusa ao idealismo daquele e à resignação e passividade da visão de mundo deste. Marx, portanto, incorpora e rejeita tanto os economistas políticos quanto Hegel e Feuerbach. Aproxima-se da economia política com o objetivo de estabelecer uma conexão entre aquela ciência e “o Estado, o direito, a moral, a vida civil [...] na medida em que a economia nacional<sup>12</sup> mesma, *ex professo*, trata destes objetos.” (Marx, 2010a, p. 19).

Com efeito, na sua jornada em direção à elaboração de uma crítica específica, Marx, que havia iniciado sob a influência de Feuerbach, termina por se contrapor a ele, ao mesmo tempo em que avança no conhecimento da economia política. Com isso, Marx prossegue em seu projeto que de uma crítica política chegava à descoberta da concepção materialista da história, pela qual descobre as determinações materiais da existência. Isto acontece entre 1844 e 1846, quando, depois de escrever com Engels *A Sagrada Família*, escreve em 1845 *Teses sobre Feuerbach* e, mais uma vez com Engels, termina a *Ideologia Alemã*, fazendo assim seu ajuste de contas com a filosofia de

---

<sup>12</sup> Como esclarece o tradutor, Marx mais tarde passaria a usar o termo “economia política” em substituição ao termo usado até este momento “economia nacional”. (Marx, 2010a, p. 19).

sua época. Marx percebia, porém, que sua crítica não dava conta ainda de revelar a essência da sociedade capitalista. Era preciso prosseguir, fazendo a crítica não apenas das formas alienadas da vida social, como a religião e o estado, mas à própria economia, à forma como a sociedade se organiza na busca pela existência material.

De fato, a crítica de Marx até esse momento era apenas parcial. O problema não estava resolvido, embora estivesse intuído. A insatisfação com a filosofia clássica alemã era resultado de sua incapacidade de apresentar as respostas que Marx requeria. Era preciso iniciar uma caminhada, não linear, não determinada, que começasse pela economia, pelo que denominou “a anatomia da sociedade burguesa”. Por isso, Marx recorre à economia política, e inicia um movimento de crítica tanto do conteúdo quanto da forma, inaugurando um método específico, ainda que filiado a Hegel, que teria a mais-valia como ponto final. A *Miséria da Filosofia* teria papel fundamental nesse processo.

Ainda que seja imperativo levar em conta o envoltório polêmico e político da *Miséria da Filosofia*, nem por isso se deve desconsiderar a cientificidade do seu conteúdo. A concepção materialista da história, que já tinha sido expressa, mas não publicada, na *Ideologia Alemã*, veio a público pela primeira vez, através da *Miséria da Filosofia*. Mais uma vez, o prefácio da *Contribuição* é algo esclarecedor, pois nele, depois de fazer exposição sucinta da sua teoria da história, Marx resume sua visão histórica da sociedade burguesa, que seria mantida até o fim dos seus dias:

As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo. Daí que com essa formação social se encerra a pré-história da sociedade humana. (Marx, 1986, p. 26).

Poucas linhas adiante, o próprio Marx concede à *Miséria da Filosofia* o status de obra científica fundamental em sua trajetória intelectual, portadora de elementos essenciais da sua teoria: “os pontos decisivos de nossa opinião foram indicados cientificamente pela primeira vez, ainda que apenas de uma forma polêmica, em meu escrito *Miséria da Filosofia*, publicado em [julho de] 1847 e dirigido contra Proudhon.” Diante dessa declaração de Marx, as obras anteriores, inclusive os *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, seriam não científicas, uma sentença que não leva em conta, no caso desta última, o fato de não ter sido escrita para publicação e ter resultado incompleta.

A *Miséria da Filosofia* não era propriamente a crítica da economia política tantas vezes reclamada por Engels, mas tratava-se da primeira obra de economia de Marx em que ele claramente

ensaia uma tentativa de submeter as categorias da economia política ao crivo de um método dialético específico, que, apesar de distante da configuração que teria nos anos seguintes, já se insinuava modificado em relação ao instrumental metodológico dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Na *Miséria da Filosofia*, Marx alarga seus horizontes porque busca compreender a sociedade burguesa, as categorias econômicas que a definem, através de um método dialético científico que submete aquelas categorias ao escrutínio de sua concepção materialista da história.

Entretanto, a crítica da economia política ainda estava distante. Nesta obra, Marx se apresenta com uma roupagem ricardiana. Ou seja, por um certo ângulo, o da evolução de suas categorias econômicas, o Marx da *Miséria da Filosofia* não é o Marx em processo; é o Marx que, negando-se a si mesmo, coloca Ricardo em seu lugar, e posta-se sobre um platô, ainda que não passivamente, para observar o resultado do confronto teórico entre este autor e Proudhon, e do confronto metodológico entre este último e Hegel. Mesmo assim, não há dúvida de que a análise de determinados aspectos da elaboração econômica de Proudhon pode contribuir para mostrar como Marx ensaiava o exercício da crítica, além de lançar luzes sobre a sua própria “economia política”, o nível a que tinha chegado o seu conhecimento dos clássicos.

Marx, de fato, demonstra ter avançado bastante no conhecimento da economia política. Ao longo da obra mostrou que dominava o conhecimento produzido pelos economistas políticos, sendo capaz de fazer alusões a categorias fulcrais da economia política, como capital, trabalho, salário, lucro, concorrência, acumulação, etc. Porém, faz isto nos marcos da economia política, com referência principalmente a Ricardo, sem deixar sua própria marca. Não se diga o mesmo quanto ao seu método, que, em certa medida, teve na *Miséria da filosofia* um ganho de qualidade ao incorporar, e testar, a concepção materialista da história.

O atrelamento a Ricardo justifica a inexistência de uma teoria do capital como relação social geradora de excedente. Como se sabe, a distinção entre valor e valor de troca é estranha ao universo conceitual de Ricardo. Para ele, valor é valor relativo, valor de troca, algo comum a toda e qualquer formação social. Assim, partindo também do valor ricardiano, Marx não incorporava aquilo que é específico de uma forma social histórica: a desigualdade nas relações capitalistas de troca. Logo, se a perspectiva é a de Ricardo, e se Ricardo é guiado pela dimensão da sociabilidade burguesa dada pela igualdade, Marx não teria como seguir adiante rumo à temática da mais-valia, e, consequentemente, na de capital como potência extratora de excedente.<sup>13</sup> Se no livro III de *O Capital* ele chamaria os clássicos de “prisioneiros da aparência”, o seu procedimento analítico na *Miséria da Filosofia* de tomar o valor como princípio teórico fundamental, faz dele também um

---

<sup>13</sup> Esse tema é bem desenvolvido por Coutinho (1997, p. 40-43).

prisioneiro da aparência, pois sua análise ainda não articulava conteúdo e forma num só movimento. No livro I de *O Capital*, Marx faria distinção entre valor de troca e valor, como elementos constituintes de uma mesma unidade dialética, em que o primeiro pertence à aparência e o segundo à essência.

Também não se fala de força de trabalho, mas de trabalho, por sua vez já explicitamente considerado uma mercadoria. Sua teoria dos salários ainda está atrelada à ideia da pauperização absoluta dos trabalhadores como consequência irreversível do desenvolvimento capitalista, formulação que seria alterada nos *Grundrisse*. De inspiração também ricardiana, a teoria dos salários de Marx neste momento se resume a considerar os efeitos da oferta e procura de mão de obra na determinação de um nível mínimo necessário para que o trabalhador se mantenha vivo. O que era uma evidente insuficiência da teoria dos salários, a saber, a imposição unilateral das leis da concorrência, mostrava, por outro lado, um avanço de Marx, que passava a ver a concorrência não mais como disruptiva, obstáculo para a realização da lei do valor, mas como elemento que impõe a norma. (Coutinho, 1997, p. 40).

Claramente, a *Miséria da Filosofia* se situa ao final de uma etapa da trajetória de Marx em que ele, ajustando contas com Proudhon, revisa seus conhecimentos de economia política, burila seu método, e pressente que, a partir dali, precisaria começar tudo de novo, como testemunharia no prefácio da *Contribuição*. Ao estabelecer, explicitamente pela primeira vez, a totalidade como categoria ontológica fundamental, Marx fechava uma lacuna que desde os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* estava aberta. Com isso, potencializava uma crítica que não fosse apenas filosófica, mas uma crítica da economia política. Em síntese, no primeiro capítulo ele discute economia política com liames metodológicos nítidos; no segundo, ele discute método, reportando-se ao universo conceitual da economia política. Dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* para a *Miséria da Filosofia* Marx, portanto, redireciona o foco de sua análise. Na primeira obra, sua análise concentrava-se num plano filosófico-econômico; na segunda, dá menos destaque à necessidade de uma lógica e privilegia a análise concreta das categorias econômicas.

De qualquer forma, mesmo que envolvido por essa parcialidade (quanto ao uso da teoria do valor de Ricardo), Marx tinha, no mínimo, afiado uma das lâminas da tesoura, a referente ao método. Tinha descoberto o essencial para iluminar o seu caminho em direção à apreensão da outra lâmina, a economia: “na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. (Marx, 1986, p. 25).



É verdade que Marx avançaria muito ainda tanto no seu conhecimento de economia política quanto no afinamento do seu método dialético. Ressalte-se que neste momento ele tinha pouco mais de três anos de leitura dos economistas políticos. De certa forma, como acontece com qualquer estudioso que se proponha a resumir suas descobertas, a *Miséria da Filosofia*, a despeito de representar um ataque ferrenho a Proudhon, representaria para Marx um momento de preparo para saltos maiores na sua crítica. Daí, considerá-la o primeiro platô da crítica.

### **III.4 - Trabalho Assalariado e Capital**

A chegada de Marx em Londres foi precedida de intenso trabalho político e jornalístico na *Nova Gazeta Renana*,<sup>14</sup> jornal no qual Marx publica *Trabalho Assalariado e Capital*. Apesar de Mandel (1968, p. 54) falar que as obras escritas por Marx entre 1846 e 1847, incluindo a *Miséria da Filosofia* e *Trabalho Assalariado e Capital*, terem todas elas visões praticamente idênticas sobre questões econômicas, ele mais adiante chama a atenção para o fato de que, nesta última, Marx apresenta o que seria a primeira intuição da mais-valia. Para Nicolaus (2003, p. 106), “neste momento, Marx tem clara consciência de que existe um excedente, mas evidentemente não tem consciência das enormes consequências desse fato para a teoria econômica.”

Sem dúvida, a intuição de Marx era resultado de uma maior precisão que conferia a algumas categorias econômicas, em que pese um procedimento metodológico temerário realizado por Engels, e confessado no prefácio: a substituição da palavra “trabalho” por “força de trabalho”. (Marx, 2012, p. 21). Com efeito, as diversas aquisições metodológicas que permitiram Marx descobrir a categoria força de trabalho não estavam ainda postas quando da elaboração desta obra.

Uma determinação do objeto, a força de trabalho, era arbitrariamente introduzida num ponto passado da teoria através de um desenvolvimento metodológico ocorrido no futuro. Diz ele: “Portanto, *salário* é apenas um nome especial dado ao preço da força de trabalho, a que se costuma chamar preço do trabalho.” (Ibidem, p. 34). Mais a frente explica que a força de trabalho “é, portanto, uma mercadoria que o seu proprietário, o operário assalariado, vende ao capital. Por que ele a vende? Para viver.” (Ibidem, p. 36). Por fim, para ficar nesses exemplos, considera que “o

---

<sup>14</sup> Com a eclosão da Revolução de 1848, o governo belga expede, no dia 03 de março, uma ordem de expulsão de Marx. Parte então para a França, onde um Governo Provisório havia sido instaurado, cancelando sua ordem de expulsão anterior. Com a explosão da revolução também na Alemanha, Marx, na primeira semana de abril, parte para Colônia, capital da Renânia, aonde chega no dia 10. Ali, cria um jornal chamado *Nova Gazeta Renana*, com linha editorial destinada a orientar a revolução naquele país. Em 16 de maio de 1849 recebe nova ordem de expulsão da Renânia e retorna no dia 19 de maio à Paris, onde passaria os três meses seguintes. Com a derrota da revolução, ele recebe outra ordem para abandonar Paris. No dia 24 de agosto de 1849 Marx parte para Londres, onde permaneceria até o final de sua vida. Sobre a participação de Marx e Engels nas revoluções de 1848, o livro de Fernando Claudin (1985) é excelente fonte de consulta.

capital também é uma relação social de produção”. (Ibidem, p. 46). Seu progresso no campo da economia política era notório. Por isso, chega de forma surpreendente à intuição do que mais tarde chamaria de mais-valia, intuição que não deixaria de ocorrer mesmo sem o recurso do anacronismo ocorrido com o uso do termo força de trabalho:

Como, então, uma soma de mercadorias, de valores de troca, se transforma em capital? Pelo fato de, como *poder* social autônomo, isto é, como poder *de uma parte da sociedade*, se manter e se multiplicar *por meio da troca com a força de trabalho viva, imediata*. A existência de uma classe que nada possui senão a capacidade de trabalho é uma condição prévia necessária do capital. (Ibidem, p. 47).

Marx chegava ao final sem resolver a questão do “milagre” do excedente. Porém, tinha reunido uma série de elementos que guiaria seus próximos estudos.

### III.5 - O Laboratório londrino

Após o período na *Nova Gazeta Renana* (1848-1849), Marx sofre outra expulsão, indo para Londres no final de 1849, onde viveria até o resto dos seus dias. Ele entra em ritmo alucinante de trabalho para garantir o próprio sustento material. Sem abandonar totalmente os estudos teóricos, dedica-se a intensas pesquisas de cunho empírico para os artigos jornalísticos que tinha que produzir. Essa etapa da vida de Marx é o momento em que ele amplia seus conhecimentos de economia visando à realização da crítica da economia política. Lida com imensa quantidade de informações relativas a aspectos práticos do funcionamento das máquinas, legislação fabril, tecnologia e diversos outros elementos que lhe seriam úteis na construção de categorias econômicas dentro dos *Grundrisse*.

Essa nova feição dos trabalhos de Marx, de ampla remissão à vida concreta, e maior apelo à empiria, teve como embrião seu primeiro período como jornalista, além da influência de Engels com o *Esboço* e a *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, obras também de cariz empírico. Na década de 1850, e sobretudo até a publicação de *O Capital*, a feição empírica dos trabalhos de Marx permanece. Em Londres, a partir de 1850, volta aos estudos da economia política<sup>15</sup>, em alguns momentos de forma simultânea às atividades jornalísticas, buscando construir uma teoria do valor própria, num movimento que não poderia prescindir dos dados econômicos e estatísticos constantes

---

<sup>15</sup> Em setembro de 1850, Marx dá início aos seus estudos teóricos, aproveitando-se do rico acervo do Museu Britânico. O jejum teórico de três anos é, pois, rompido com uma incessante pesquisa, os chamados *Cadernos de Londres*, compilados em 24 cadernos de notas durante os três anos seguintes, de setembro de 1850 a agosto de 1853.

das mais diversas fontes, como jornais, relatórios de agências oficiais, cadernos dos inspetores de fábrica, os *Blue Books* (cadernos azuis, publicados pelo Parlamento Britânico com informações sobre a história econômica e diplomática do país), etc.

Os estudos teóricos avançam de tal forma que nos *Cadernos de Londres* (Caderno VIII) reaparece a intuição sobre a mais-valia, anteriormente esboçada em *Trabalho Assalariado e Capital*. Diz Marx:

Mas a renda pressuposta de toda classe proprietária tem que surgir na produção, e, portanto, ser de antemão uma dedução do lucro ou dos salários [...] Para que se aumente o valor do lucro, tem que haver um terceiro cujo valor se reduza. Quando se afirma que o capitalista gasta 30 dos 100 em matéria-prima, 20 em maquinaria, 50 em salário e que logo vende estes 100 por 110, desconsidera-se que, se tivesse desembolsado 60 pelo salário, não haveria obtido lucro algum, salvo que obtivesse mais que os 110, uns 8,2%, etc. Ele troca seu produto por outro cujo valor está determinado pelo tempo de trabalho nele empregado. Vendeu um produto de 20 dias de trabalho, digamos, e obtém um dia por cada dia. O excedente não surge da troca, ainda que tão somente nela se realize. Surge de que deste produto que consome 20 dias de trabalho, o obreiro só obtém o produto de 10, etc., dias de trabalho. Na mesma medida em que cresce a força produtiva do trabalho, decresce o valor do salário.” (Marx, 2006, p. 77).

O objeto de estudo de Marx, a sociedade burguesa, não poderia ser compreendido sem o apelo ao empírico. De certa forma, o que aqui é apresentado como resultado do entendimento de Marx de que o método correto exigia submeter as categorias da economia política a sua concepção materialista da história - o que requeria pesquisas mais profundas sobre elementos da vida material que até já tinham sido tratados pelos clássicos - tem também o seu lado fortuito, pois Marx foi obrigado a se apegar ao jornalismo como única fonte de sobrevivência.

Em agosto de 1851, Marx recebe convite de Charles Dana, editor do jornal norte-americano *New York Tribune* para ser correspondente na Europa e escrever uma série de artigos sobre os eventos políticos ocorridos na Alemanha. Esses artigos seriam escritos por Engels, a pedido de Marx, que ainda não dominava o idioma inglês. Além dessa dificuldade, que seria logo superada, Marx não queria parar seus estudos de economia política. Em carta de 14 de agosto de 1851, escreve a Engels: “Tens que me ajudar, agora que estou ocupadíssimo com a economia política.” (CW, 38, p. 425). Durante onze anos, de agosto de 1851 e fevereiro de 1862, Marx, com a participação de Engels, enviou artigos semanais para aquele jornal, que era publicado em três versões diferentes: o *New York Daily Tribune*, o *New York Semi-Weekly Tribune* e o *New York Weekly Tribune*. Segundo Musto (2011, p. 47), “o primeiro publicou 487 artigos, dos quais mais da metade reapareceram no *New York Semi-Weekly Tribune* e mais de um quarto no *New York Weekly Tribune*”, além dos que foram recusados por Charles Dana. Daquele total, 350 foram de

autoria de Marx, 125 de Engels (dos quais a maioria foi sobre assuntos militares) e 12 escritos em conjunto. (McLellan, 1990, p. 307).

Aproximadamente um terço dos artigos de Marx destinava-se à análise de assuntos financeiros e econômicos da atualidade, principalmente da Grã-Bretanha, mas também de outros países e da economia mundial como um todo. (Krätke, 2008, p. 163). Nesses artigos, Marx se expressa de maneira aprofundada sobre temas que reaparecem em *O Capital* sem o mesmo nível de profundidade, como o mercado monetário e a legislação bancária, com exceção dos temas relacionados à legislação fabril, expostos detalhadamente por Marx naquela obra. (Ibidem, 2007, p. 129). Para efeito, por exemplo, da elaboração posterior da categoria mais-valia relativa, a complexa questão da relação entre produtividade e intensidade do trabalho é analisada cuidadosamente por Marx, “que argumenta estritamente em termos da teoria do valor: o que os proprietários da fábrica perdiam pela limitação legal da jornada de trabalho, em tempo de trabalho absoluto, recuperavam através da intensificação do tempo de trabalho.” (Ibidem, p. 131).

Krätke menciona, ainda, a seção quinta do livro III de *O Capital* como consistindo, em grande parte, de matérias daquele período. Ademais, temas como

crises, mercado mundial, estruturas internacionais do comércio, por meio das quais umas nações exploram outras, colônias, colonialismo e sua importância para o desenvolvimento do capitalismo, e diferentes formas de finanças públicas e economia pública – somente foram tratadas por Marx em seus artigos de jornal. Algumas das mais sofisticadas reflexões sobre o estado moderno, seu desenvolvimento histórico dentro do contexto do sistema europeu de estados nacionais, e o desenvolvimento das principais formas da política nas sociedades burguesas modernas são somente encontradas numa série de artigos escritos por Marx em diversas ocasiões. (Ibidem, 2008, p. 163-164).

Portanto, do ponto de vista do método, os anos de intermitentes estudos teóricos de Marx entre 1850 e 1856 precisam ser levados em conta, pois realçam a mutualidade entre empiria e teoria na elaboração da crítica da economia política, um dos traços característicos do seu método dialético. De fato, a crítica da economia política seria o resultado da aplicação de seu método às categorias da economia política analisadas no âmbito de relações históricas determinadas, para a qual concorreu tanto seu intenso trabalho de prospecção de dados empíricos, quanto o estudo de inumeráveis livros nos mais variados terrenos, como economia política, história, filosofia, ciências naturais, matemática e, de forma original, também a literatura, dado que Marx usa, a todo instante, citações de Shakespeare, Balzac, Cervantes, Goethe e outros, para ilustrar seus argumentos teóricos.

### III.6 - A descoberta da mais-valia: os *Grundrisse*

Não cabe aqui descrever a evolução categorial dentro dos *Grundrisse* que culminaria na mais-valia. Mais do que indicar um processo linear, a trajetória em direção àquela categoria foi intermediada por uma série de idas e vindas metodológicas, uma série de experimentos e transições dialéticas. Os *Grundrisse* funcionam como um laboratório porque ali estava Marx a investigar, a testar, a fazer novas descobertas e também a se permitir alguns lampejos de exposição dos resultados de sua pesquisa. Já no primeiro capítulo, sobre o dinheiro, Marx articula categorias como valor, trabalho, capacidade de trabalho, salário, e outras tantas, que, no capítulo seguinte, sobre o capital, desembocariam na descoberta da mais-valia.

Retome-se, mais uma vez, a discussão sobre o papel fundamental da empiria para o método dialético de Marx. Na *Introdução de 1857*, Marx discorria sobre as abstrações necessárias no processo de elaboração teórica que, diferentemente dos clássicos, teria que incorporar no âmbito de uma totalidade orgânica tanto os aspectos gerais referentes a toda e qualquer sociedade, quanto os aspectos específicos de uma determinada formação social. Especialmente quanto a estes últimos aspectos, o conhecimento fornecido pelos trabalhos jornalísticos seria fundamental para que Marx evidenciasse as determinações próprias e contraditórias do modo de produção capitalista.

Nos *Grundrisse*, Marx avançava nas pesquisas, aplicando seu método, fazendo transições dialéticas, num movimento conjunto pelo qual categorias econômicas são construídas e analisadas por um duplo movimento, incorporando de uma só vez forma e conteúdo. Vê-se que a manipulação de um crescente conjunto de dados empíricos e teóricos sobre economia não prescinde, para os fins de realização da crítica, de um método filosófico específico. A essa altura, o legado do laboratório londrino revelava toda sua utilidade.

Então, com base nas relações concretas da vida social, Marx descobre que o que o trabalhador vende não é o seu trabalho, e sim a sua *capacidade de trabalho*. Este é o termo usado nos *Grundrisse*, mais tarde substituído em *O Capital* por *força de trabalho*. Com isso, articulando forma e conteúdo, operando um método de filiação hegeliana, porém transformado, Marx descobre uma categoria que reúne em si mesma dois aspectos de uma contradição fundamental da sociedade capitalista: na relação de troca entre capital e trabalho, a lei de apropriação mercantil, pela qual os intercambiantes trocam na justa medida do valor dos seus trabalhos, era por um lado mantida, e, por outro, violada.

A relação de troca entre capitalista e trabalhador constitui-se uma totalidade dentro da qual as partes isoladas precisam se articular. A mais-valia é, pois, descoberta pela aplicação do mesmo

método dialético, em que a relação de troca entre capitalista e trabalhador terá que ser considerada uma unidade de dois aspectos. Esta relação possui a aparência de troca de equivalentes, e assim o é, do ponto de vista do valor de troca, pois o capitalista paga pela mercadoria que está comprando, a força de trabalho, o valor equivalente ao do salário. É o momento da dialética convocar o polo oposto, o da desigualdade, o da transgressão da lei de apropriação mercantil, que estabelecia como princípio a troca de equivalentes. Se do ponto de vista do valor de troca, a equivalência de valores foi mantida, agora, do ponto de vista do valor de uso, ocorre a transgressão daquela equivalência.

O método dialético de Marx, que deu conta de mostrar polos opostos da mercadoria e do trabalho, mostra também agora polos opostos na relação de troca entre capitalista e trabalhador. A contradição não é rejeitada ou considerada caso especial. Ela é parte integrante da lógica constitutiva do ser. Aí, então, Marx recupera os conceitos de forma e conteúdo para dar conta da oposição entre os dois aspectos da troca, a saber, equivalência e transgressão.

A mais-valia estava descoberta, um feito não alcançado pelos economistas ingleses, herdeiros do empirismo. Marx se tornou, então, o crítico da economia política, quando submeteu o objeto a uma crítica que é resultado de sua formação filosófica; quando submeteu o objeto da economia política a uma operação específica, nos termos do que Hegel chamou de suprassunção. Por isso, foi capaz de apresentar ao mundo científico, pela primeira vez, essa categoria:

*A mais-valia que o capital tem ao final do processo de produção* – uma mais-valia que, como preço mais elevado do produto, só é realizado na circulação, como todos os preços nela realizados, que, sendo já idealmente *pressupostos* à circulação, são determinados antes de nela ingressarem -, tal mais-valia significa, expresso de acordo com o conceito geral do valor de troca, que o tempo de trabalho objetivado no produto – ou o *quantum de trabalho* (expressa estaticamente, a magnitude do trabalho aparece como quantidade espacial, mas expressa em movimento, só é mensurável pelo tempo) – é maior do que o tempo de trabalho presente nos componentes originais do capital. (Marx, 2011a, p. 251).

Com a descoberta da mais-valia nos *Grundrisse*, a crítica da economia política estava realizada. Faça-se, pois, distinção entre realização e exposição da crítica. Nos *Grundrisse*, Marx realiza a crítica; em *O Capital*, ele a expõe (De Paula, 2008, p. 170). É na exposição que, realmente, tudo e todos são confrontados, que uma nova visão de mundo é apresentada. Não há espaço na exposição para experimentações, ou para a eleição de interlocutores privilegiados, ainda que eventualmente eles apareçam em um ou outro momento, pois se trata de apresentar uma teoria já pronta, capaz de reproduzir idealmente a realidade. Na realização da crítica, por outro lado, Marx faz incursões teóricas exploratórias e se vê às voltas com alguns daqueles interlocutores do passado, numa espécie de auto-treinamento, que o conduz a descobrir a categoria-síntese da sua crítica, a mais-valia.

## Considerações finais

Hegel foi materializado para que o objeto da economia política pudesse ser transformado. Por isso, Marx não pôde deixar de ser filósofo, pois é a filosofia que permite esse movimento de apropriação. Foi por ter uma compreensão rigorosamente dialética a respeito do funcionamento do capitalismo que ele chegou à mais-valia. Assim, compreende-se que Marx chegou onde nenhum economista ou filósofo havia chegado: ao fundo da realidade capitalista. É preciso realçar a peculiaridade desta teoria. Marx poderia ter chegado à exploração, ter feito uma denúncia moral, mostrado a precariedade das condições de trabalho, o aviltamento das condições de existência, como tantos outros haviam feito antes. Mas, o sentido da mais-valia ultrapassa os limites destas teorias, pois incorpora aspectos contraditórios, revelando o núcleo essencial da tragédia capitalista.

Como categoria que remete à exploração do homem pelo homem, assemelha-se no conteúdo, não na forma, às mesmas relações de exploração da antiguidade clássica, entre senhores e escravos, e da sociedade medieval, entre senhores feudais e servos. Por outro lado, as relações sociais capitalistas, expressas na mais-valia, se distinguem das presentes naquelas sociedades pela existência de uma ilusória roupagem de liberdade e igualdade, ratificada pela vigência de relações contratuais livres e iguais.

A mais-valia foi a resposta dada ao enigma da inviável conciliação entre sistema opressor e trabalho livre, entre exploração e liberdade contratual. É neste âmbito que se situa mais um aspecto da originalidade da mais-valia, pois ela exprime algo que vai muito além daquilo que os socialistas utópicos e ricardianos expressaram através de argumentos e críticas morais do capitalismo, ou daquilo que pode ser inferido pela categoria do lucro como os economistas ingleses fizeram. A mais-valia não é apenas um grito contra a opressão, a exploração ou a desigualdade, como já tinha sido feito antes de Marx. Também não é apenas uma categoria pela qual se possa iluminar as esquinas do mundo da concorrência, tornando cognoscível o processo de acumulação de capital e a consequente reprodução das relações capitalistas, tarefa feita pela categoria lucro, como aponta Silveira (1983, p. 332).

A mais-valia representou “um giro de 180 graus, numa verdadeira revolução teórica, numa nova perspectiva de inteligibilidade da estruturação e dos mecanismos de funcionamento das relações capitalistas” (Ibidem, p. 331), pois permitiu a compreensão de um mundo exterior, cujas conexões internas e ocultas situavam-se num nível de profundidade não alcançado pelas questões levantadas pela economia clássica. A trajetória da sua descoberta pode servir de roteiro para inspirar novas elaborações teóricas sobre fenômenos econômicos do tempo presente.

Mencione-se não ter sido casual que, após descobrir a mais-valia, e ainda não se sentindo pronto para fazer a exposição de sua crítica, Marx se sintia capacitado, munido da arma principal, para confrontar os grandes representantes da economia política nos *Manuscritos de 1861-1863*, especificamente nas *Teorias da Mais-Valia*. De posse da mais-valia, e tendo já realizado a crítica da economia política, tratou de evidenciar as diferenças.

## Referências

AISA, Aurelio A. **El sentido de la critica em el periodismo político del joven Marx: la “Gaceta Renana” (1842-43).** *Sítio Marx desde Cero*, 2013. Disponível em: <http://kmarx.wordpress.com/2013/06/17/el-periodismo-politico-del-joven-marx-la-gaceta-renana-1842-43/>. Acesso em: 10/02/2015.

ASSUNÇÃO, Vânia, N. F. de. **Marx no tempo da Gazeta Renana.** Revista da APG/PUC-SP, ano XI, n. 29, p. 194-217.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama. **Da MEGA à MEGA2: breve história da edição crítica das obras de Karl Marx.** Texto para discussão n.º 506. Universidade Federal de Minas Gerais/CEDEPLAR, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20506.pdf>. Acesso em 16/02/2015.

CHAGAS, Eduardo. **O Método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto.** Revista de Filosofia. Belo Horizonte, vol. 38, nº 120, 2011. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periódicos/index.php/Sintese/article/view/1036>. Acesso em: 16/02/2015.

COUTINHO, Maurício. **Marx: notas sobre a teoria do capital.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

DE PAULA, João. A. **O “Outubro” de Marx.** Nova Economia: revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 167-190, mai/ago de 2008.

ENGELS, Friedrich. **Contribuição à história da liga dos Comunistas.** In: MARX, Karl e Friedrich Engels. Obras Escolhidas - Volume 3. São Paulo: Alfa-Ômega, p. 152-168, 1953.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring.** Edições Ridendo Castigat Mores, 1875. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/duhring.html>. Acesso em 15/02/2015.

KRÄTKE, Michael. R. **Journalisme et Science. L’importance des travaux journalistiques de Marx pour la Critique de L’Économie Politique.** Actuel Marx, n. 42, p. 128-163, 2007.

KRÄTKE, Michael. R. **The First World Economic Crisis: Marx as an Economic Journalist.** In: MUSTO, Marcello. Karl Marx’s *Grundrisse*: foundations of the critique of political economy 150 years later. Nova York: Routledge, 2008, cap. 10, p. 162-168.

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx.** Petrópolis: Vozes, 2002.

LUKÁCS, Georg. **Para uma Ontologia do Ser Social.** Rio de Janeiro: Editora Boitempo Editorial, v. 1, 2012.

MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx.** De 1843 até a redação de O CAPITAL. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.



- MARX, Karl. **Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política**. In: \_\_\_\_\_. Para a Crítica da Economia Política. Salário, Preço e Lucro. O Rendimento e suas Fontes. São Paulo: Abril Cultural, 2. ed., p. 23-27, 1986.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, v. II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858**. V. 3. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 13. ed., 2006.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política. Manuscrito de 1861-1863 (Cadernos I a V)**. Terceiro capítulo – O capital em geral. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010b.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2.ed., 2010c.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a.
- MARX, Karl. **Cuadernos de París (Notas de lectura de 1844)**. México: Editorial Itaca, 2011b.
- MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2.ed., 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 01, 1975.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 38, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 42, 1987.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, v. 50, 2004.
- MCLELLAN, David. **Karl Marx. Vida e Pensamento**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MUSTO, Marcello. **A formação da crítica de Marx à economia política: dos estudos de 1843 aos Grundrisse**. Revista Crítica Marxista. São Paulo, n. 33, p. 31-65, 2011.
- NETTO, José. P. **Marxismo Impenitente**. Contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- NICOLAUS, Martin. **O Marx Desconhecido**. In: BENJAMIN, César (Org.). Marx e o Socialismo. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 97-135.
- OAKLEY, Allen. **Marx's Critique of Political Economy**. Intellectual Sources and Evolution. Volume I: 1844 to 1860. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- SILVEIRA, Paulo. **A mais-valia e o caráter revolucionário do materialismo histórico**. Revista Nova Escrita/Ensaio especial – Marx Hoje. São Paulo, ano V, nº 11/12, 1983, p. 327-332.